

Brasília ou Bósnia?

11 MAR 1993

Eurides Brito da Silva

O Brasil não tem problemas de nacionalidades e etnias como a Iugoslávia. Ao contrário, durante a história colonial formou-se um país de dimensões continentais, em que a convivência tem sido pacífica, excetuados uns poucos movimentos regionais. No entanto, apesar de não ser a Iugoslávia, o Brasil está tratando Brasília como a sua Bósnia. Os residentes do Distrito Federal são considerados cidadãos de última classe, não exatamente como brasileiros que têm direitos iguais, conforme a Constituição. Isso é o que revela o tratamento discriminatório dispensado pela União no Orçamento de 1993. A capital da República nele é tratada como perfumaria, como adereço que se joga fora, como acessório descartável.

Para se ter uma idéia da dimensão do tratamento iníquo dispensado a Brasília, é preciso citar o caso da educação. Foram solicitados ao Poder Executivo Federal Cr\$ 413.210,0 milhões a preços de abril do ano passado. As autoridades da União decidiram, mediante critérios obscuros, um corte de 35,1 por cento desses recursos, reduzindo a quantia, no projeto de lei orçamentária, a apenas Cr\$ 297.974,4 milhões. A bancada do Distrito Federal apresentou então emendas coletivas, com o total respaldo do Governo do Distrito Federal, totalizando Cr\$ 145.235,6 milhões, com o objetivo de recompor a quantia inicial. Infelizmente, o Congresso Nacional até agora não teve a sensibilidade para considerar que não somos a Bósnia nem para perceber o alcance político da manifestação de toda uma bancada em favor dos interesses comuns, acima de divergências partidárias e ideológicas. O relator-geral não acolheu nenhuma das emen-

das, só restando agora a aprovação dos destaques a estas, na votação da lei, ou a suplementação orçamentária. Tal é a gravidade dos fatos que a quantia orçamentária será suficiente para manter a educação no DF por apenas três meses, tendo em vista a expansão inevitável da rede escolar e a atualização dos salários.

Acadêmicos, políticos e imprensa têm discutido volta e meia a tendência separatista de alguns movimentos do Sul do País. No entanto, não era de se supor que a unidade nacional estivesse tão enfraquecida a ponto de a União não se sentir responsável sequer pela sua capital. Será este o início do fim da dignidade do Brasil? Todos sabemos que Brasília foi construída como cidade administrativa, para ser a capital. A utilização do seu solo está prevista em lei, impedindo que se transforme num grande parque de chaminés ou coisa que o valha. A lei também impede a tributação numa série de casos, como os terrenos e veículos de representações diplomáticas. Eis então que, repentinamente, as autoridades federais sentem-se desobrigadas dos custos da sua capital, ao contrário de outros países que as sustentam com muito mais recursos.

Alega-se que o Distrito Federal conquistou sua autonomia. Ou o dinheiro ou as liberdades constitucionais. Ou as verbas ou o direito, igual ao de outras unidades federadas, de eleger seus governantes e representantes. Estranho dilema este em que ou se tem a subsistência ou se é cidadão igual aos outros perante a Constituição. No caso da área educacional, as obrigações são as mesmas: todos devem ter sua vaga assegurada no ensino fundamental obrigatório, o ensino deve obedecer à garantia do padrão de qualidade, os

profissionais devem ser valorizados, o ensino público deve ser gratuito. Ou a Lei Maior diz que no DF nada disso existe?

Lamentavelmente, a óptica de descompromisso de alguns leva a um raciocínio pragmático: se na capital faltam boas escolas públicas, pago escolas particulares; se os transportes públicos são deficientes, tenho o transporte particular; se as esposas e filhas dos outros são estupidas e assaltadas, as minhas têm segurança especial. Ora, a autoridade é mandatária do povo e só é e tem autoridade enquanto atende aos interesses do povo. Por isso, não há por que separar a sua própria bolha de boa vida da vida do povo.

Espero, portanto, que não prevaleça, na votação da lei orçamentária, visão assim perversa e irresponsável em relação à capital do País e à parcela de brasileiros que aqui vivem. Toda capital tem um custo. Se ela vai mal, tais custos aumentam, inclusive sob a forma de emperramento da administração federal. Faltarão trabalhadores saudáveis e qualificados, enquanto os problemas sociais e econômicos se multiplicarão a tal ponto que, em face das pressões, o Presidente da República terá insônia e pesadelos de prefeito, como Juscelino Kubitschek não queria ter em relação ao Rio de Janeiro. Por isso tudo é que estou certa de que o presidente Itamar Franco determinará seja reparado semelhante equívoco e a tranquilidade voltará a reinar na capital de todos os brasileiros.

■ Eurides Brito da Silva é secretária de Educação do Distrito Federal